NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 05/Abr

cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 1713| 2017

Roubos de cargas e Escolta Armada são discutidos em audiência na Alerj

Aumento de roubo de cargas foi de 220% entre 2011 e 2016

A convite dos presidentes das comissões de Segurança Pública e de Economia da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), deputados Martha Rocha (PDT) e Waldeck Carneiro (PT), representantes dos Vigilantes como o Sindicato dos Vigilantes de Niterói, São Gonçalo e região, Petrópolis e região, Itaguaí e Duque de Caxias participaram de audiência pública nesta terça-feira (04/04). Os deputados vão solicitar ao Executivo a criação de uma Divisão de Roubos e Furtos de Cargas na Polícia Civil. A audiência pública debateu medidas de combate a esse tipo de crime.

Segundo números do Instituto de Segurança Pública (ISP) apresentados em um estudo da Federação das Indústrias do Estado (Firjan), entre 2011 e 2016 foram registrados mais de 33 mil roubos de cargas, o que representa um aumento de 220% nestes crimes, causando um prejuízo de R$ 2,1 bilhões. Ainda segundo o levantamento, a região Metropolitana concentra 94,8% dos casos.Apenas em 2016 foram mais de 10 mil casos. A Avenida Brasil foi considerao um dos principais focos de ações dos bandidos.

Para a deputada Martha Rocha, a criação de uma estrutura similar à Divisão de Homicídios vai ajudar a reduzir esses números. “Há uma forte concentração da mancha criminal na Pavuna, Pedreira, Fazenda Botafogo, mas que também alcança São Gonçalo e algumas partes da Baixada Fluminense. Se pudermos reproduzir o mesmo paradigma da Divisão de Homicídios na Divisão de Roubos e Furtos, vamos ganhar qualidade nas investigações e ter mais eficiência”, explicou a parlamentar.

Especialista em Gerência de Competitividade

e Investimentos da Firjan, Riley Rodrigues destacou que esse crime também prejudica o consumidor, que acaba pagando mais caro pelas mercadorias. Ele cobrou a implementação de medidas aprovadas pelo Legislativo, como a lei que determina a integração de informações de diferentes órgãos governamentais sobre os crimes. "É o estado com mais projetos contra roubo de cargas no legislativo. Só que é preciso que as matérias saiam do papel e se tornem reais", finalizou.

O presidente do SVNIT, Cláudio Vigilante, relatou a situação dos vigilantes de Escolta Armada e sugeriu que um grupo de trabalho seja constituído para discutir o transporte de cargas e a escolta armada permanentemente. "Temos uma série de pedidos de alteração da legislação já apresentadas na Polícia Federal em Brasília e à Câmara dos Deputados. Precisamos de um grupo de trabalho com todas as forças que seja sólido e se reúna permanentemente. Pedimos o apoio aos deputados estaduais para pressionar a bancada do Rio de Janeiro. Precisamos mudar a realidade dos carros de escolta armada, do calibre das armas, enfim, precisamo arrumar um jeito por que os empresários nos roubos perdem apenas as cargas, mas temos perdido muitas vidas de vigilantes também. Isso tem que acabar", afirma Cláudio.

Durante a audiência pública foram apresentadas outras 15 propostas. Representantes da Policia Rodoviária Federal (PRF) e Sindicato das Empresas do Transporte Rodoviário de Cargas e Logística do Rio de Janeiro (SindCarga) pediram o aumento de penas para o envolvimento com roubo de cargas, a instalação de um posto policial na Pavuna, e o reforço do policiamento com a Força Nacional nas rodovias.

Operação conjunta

Segundo o Superintendente da Polícia Rodoviária Federal, Orlando Rodrigues, mais de 40% do roubo de carga no Brasil acontece no estado do Rio de Janeiro, que hoje tem um déficit de 350 agentes. "Por isso precisamos aumentar o efetivo. Com esse número a mais na equipe da PRF no estado conseguiremos dar uma resposta mais eficiente contra a violência do que estamos dando hoje", reforçou.

No dia 26 de novembro uma operação chamada "Asfixia" reuniu 66 policiais civis, 38 policiais militares, 30 policiais rodoviários e 112 homens da Força Nacional para combater as quadrilhas que atuavam ao redor das comunidades do Chapadão e da Pedreira, zona Norte do Rio. A reedição dessa parceria foi outra proposta apresentada na audiência.

Segundo o representante da Delegacia de Roubos e Furtos de Cargas (DRFC) da Polícia Civil, Thiago Dorigos, o objetivo era que a operação durasse até o carnaval. Mas, com a crise no sistema penitenciário, a Força Nacional precisou sair no mês de janeiro. Mesmo assim, os efeitos foram sentidos: Do início da "Asfixia" até o dia 6 de janeiro só foram registrados seis casos. "A ideia é que esta operação volte. Ela acarretou em uma redução significativa da violência nessa região", disse Thiago.

Participaram da reunião ainda representantes do ISP, dos Correios, da Federação dos Transportadores de Carga do Estado do Rio (Fetranscarga) e da Polícia Militar.

Fonte: Imprensa SVNIT com informações Assessoria Aleri

Vigilantes protestam contra proposta que quer reduzir salário base em Joinville

Manifestação ocorreu no início da tarde na praça Nereu Ramos, no Centro

Cerca de 60 vigilantes protestaram contra nova cláusula da convenção coletiva de trabalho na tarde desta segunda-feira (3). Os trabalhadores se reuniram na praça Nereu Ramos, no Centro de Joinville, com cartazes e apitos e pediam o respeito pela profissão.

Segundo o vigilante Rodrigo Silva Pereira, um dos organizadores do protesto, a nova emenda quer reduzir de R$ 1.364,53 para R$ 950 o salário base dos vigilantes de condomínio residencial. Essa medida resultaria na demissão dos colaboradores que recebem o valor antigo para a recontratação do novo salário, de acordo com Rodrigo.

— Nós participamos de uma assembleia no ano passado e lá já deixamos claro a nossa insatisfação com este novo valor — afirmou.

O presidente do Sindicato dos Vigilantes e empregados de vigilância e segurança privada (Sinvac), Silvio Kammer, conta que essa é essa divisão já ocorre dentro da profissão. Para ele a profissão de vigia – que faz a proteção do patrimônio e tarefas de fiscalização local – já está substituindo a de vigilante – que tem a função de resguardar a vida, precisa ter porte de arma e treinamento específicos para a função.

Para o representante do Sincav, essa cláusula foi pensada para que os vigilantes continuem exercendo a função e cessar a contratação de vigias para o cargo. Ainda de acordo com Silvio, o sindicato laboral já voltou atrás na decisão que divide a categoria devido ao descontentamento dos colaboradores. Porém, este trâmite ainda depende da deliberação do patronal (que representa as empresas). A situação deve ser discutida em assembleia sindical nos próximos dias.

O vigilante Paulo Roberto do Nascimento, 48 anos, explica que a insatisfação dos trabalhadores vai além dessa divisão na categoria. Para ele, a profissão exige atualização e treinamento constante e julga não ser justo uma pessoa com menos preparo ocupar o cargo.

— Nós pagamos quase 2 mil reais para fazer o curso e ser vigilante, não queremos que dividam a categoria e qualquer pessoa possa exercer a nossa função. Sem contar o salário que não sustenta família nenhuma — completou.

Fonte: RBS

Quadrilha especializada em roubo de caixa eletrônico no interior de SP é presa; dois morrem em operação

Grupo de sete pessoas, entre elas uma adolescente, tinha eletrônicos e fuzil; moradores do distrito de Anhumas em Piracicaba (SP) ficaram assustados.

Quadrilha especializada em explosão de caixas eletrônicos tinha fuzil, revólveres e eletrônicos em esconderijo (Foto: Repropdução/EPTV)

Uma quadrilha especializada em roubo e explosão de caixas eletrônicos na região foi presa no distrito de Anhumas, em Piracicaba (SP), na noite de terça-feira (4). No esconderijo do grupo, formado por sete pessoas, entre elas uma adolescente, tinham eletrônicos, revólveres e um fuzil. Durante a operação da Polícia Militar (PM), houve troca de tiros e dois suspeitos morreram.

Três homens e uma mulher foram presos e encaminhados para a Unidade de Polícia Judiciária de Piracicaba. A menor segue apreendida nesta quarta-feira (5) e será encaminhada para a Vara da Infância e Juventude da cidade.

Na casa onde quadrilha estava quando a Polícia Militar chegou, foram apreendidos aparelhos eletrônicos, computadores, um rádio comunicador, telefones celulares, dois revólveres, uma garrucha, um fuzil 556, munições e um carregador para a arma de uso restrito.

Um guincho foi chamado para recolher os três carros que estavam na casa onde a quadrilha estava.

A operação começou depois que a PM recebeu uma denúncia anônima sobre o esconderijo da quadrilha, na Estrada Doutor Plínio Alves de Moraes, no distrito de Anhumas. A polícia não revelou a identidade dos presos e dos mortos.

O tiroteio deixou os moradores assustados. “Nunca vimos algo tão horrível como isso. Foi muito ruim, foi aterrorizante”, disse uma mulher que teve a identidade preservada. “Escutei muitos tiros. Quando saí para a rua, um deles já estava morto”, relatou.

Fonte: G1

Greve Geral já tem data!

A Direção Nacional da CUT, reunida em Brasília, no dia 29 de março, deliberou pela organização da greve geral como ação estratégica da CUT para derrotar a reforma da previdência, a reforma trabalhista e a terceirização propostas pelo governo ilegítimo de Michel Temer. Trata-se de uma iniciativa construída com o conjunto das centrais sindicais.

Vamos parar o País no dia 28 de abril, mandando mais uma vez nosso recado para a quadrilha que tomou o poder através do golpe e para sua base de parlamentares corruptos no Congresso: NENHUM DIREITO A MENOS! A greve geral será um passo decisivo na luta que continuaremos a travar, sem trégua,para derrotar o governo golpista.

Transformaremos abril num mês de lutas. Sairemos às ruas, como fizemos nos dias 8 e 15 de março, para denunciar e repudiar a reforma da Previdência, que pretende acabar com a previdência pública no Brasil. Sairemos novamente às ruas para denunciar e repudiar a reforma Trabalhista, que rasga a CLT e gera o trabalho precário. Iremos para às ruas para repudiar o PL 4302, recentemente aprovado na Câmara dos Deputados numa manobra espúria do presidente da casa, Rodrigo Maia, que fragiliza a organização sindical e permite a terceirização na atividade fim, condenando os/as trabalhadores/as a "viverem de bico", sem nenhuma segurança em relação ao trabalho e a direitos básicos, como férias, décimo terceiro, jornada de trabalho, descanso remunerado, horas extras, entre outros direitos fundamentais, conquistados após décadas de lutas.

Essa deliberação foi tomada após uma cuidadosa análise de conjuntura.

Passamos por uma profunda recessão econômica, que atinge todos os setores da economia e que se aprofunda por causa da desastrada política de austeridade do atual governo. Em vez da prometida retomada do crescimento, assistimos à pior recessão da história e à projeção de um crescimento medíocre para os próximos anos, transformando o período 2011-2020 em mais uma década perdida.

As principais vítimas desse processo são os/as trabalhadores/as penalizados/as com o desemprego, que atinge a assombrosa marca de cerca de 13 milhões de pessoas, ou que veem diminuir sua renda, vivendo na incerteza em relação ao trabalho e à proteção social.

A Direção nacional da CUT também constatou o agravamento da crise institucional e política que abala o País, como revelam as tensões entre membros do STF e o Ministério Público, assim com as rusgas do Judiciário com o Congresso, onde grande parte dos parlamentares encontra-se na lista das delações premiadas como suspeitos de corrupção. São esses parlamentares que buscam desesperadamente e sem qualquer pudor uma saída legal para o mal feito, legislando em interesse próprio, empenhados na aprovação de uma lei que acoberte seus crimes e os isente da punição.

O governo ilegítimo também foi atingido no seu núcleo de poder com denúncias de corrupção. Nos primeiros seis meses do atual governo, seis Ministros caíram e outros cinco encontram-se sob suspeita. O próprio Presidente corre o risco de ser cassado pelo TSE.

No meio da crise, no entanto, o governo ilegítimo mostra a que veio ao ser conduzido ao poder através do golpe. Veio para rasgar a Constituição e destruir pilares do Estado de Direito, enquanto promove o desmonte das políticas de proteção social, a privatização de estatais e bancos públicos, a entrega da exploração de nossas riquezas naturais a empresas estrangeiras, comprometendo a soberania nacional. Veio também para retirar direitos da classe trabalhadora.

Temos motivos de sobra para repudiar o governo ilegítimo e para conclamar a classe trabalhadora para a greve geral no dia 28 de abril.

NÃO À TERCEIRIZAÇÃO

NÃO À REFORMA TRABALHISTA

NÃO À REFORMA DA PREVIDÊNCIA

NENHUM DIREITO A MENOS!

FORA TEMER!

Fonte: CUT

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Pricilla Abdelaziz
Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF